

ACTA N.º 17**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REALIZADA EM 28 DE SETEMBRO DE 2012:**

Aos vinte e oito dias do mês de Setembro do ano de dois mil e doze, reuniu pelas vinte horas e trinta minutos, em sessão ordinária, no auditório da Escola Profissional Vasconcellos Lebre, a Assembleia Municipal, cuja Mesa foi constituída pelo Presidente da Mesa, Senhor José Miguel da Rosa Felgueiras, pelo 1º Secretário, o Senhor António Ferreira Ribeiro e pelo 2º Secretário, a Senhora Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1) Votação da Acta n.º 16 - Sessão de 22 de Junho de 2012; -----
- 2) Informação do Presidente da Câmara, nos termos da alínea e) do n.º 1 do art.º 53º. da Lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º. 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----
- 3) Proposta N.º 17/2012 – Recrutamento Excepcional de Trabalhadores no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular; -----
- 4) Auditoria ao Município de Mealhada – Relatório n.º 1305/2011 IGF; -----
- 5) Parecer do Auditor Externo; -----
- 6) Listagens dos Compromissos Plurianuais; -----
- 7) Participação Variável de IRS para 2013; -----
- 8) Imposto Municipal sobre Imóveis para 2013; -----
- 9) Derrama para 2013; -----
- 10) Documentos de Prestação de Contas do Exercício de 2011, das Entidades Participadas; -----
- 11) Novo Estatuto do Pessoal Dirigente – Informação; -----
- 12) Parecer das Freguesias sobre a Reforma da Administração Local – Lei n.º 22/2012; -----

O 1º Secretário procedeu à chamada dos membros da Assembleia Municipal, verificando-se que faltou com justificação o Senhor Fernando Manuel Silva Melo, que se ausentou justificadamente de forma permanente da presente sessão. Faltou sem justificação o Senhor Delfim Manuel Neves Martins, Presidente da Junta de Freguesia de Barcouço. Solicitaram ainda substituição os Senhores Carlos Alberto Alves Pinheiro, António José da Silva Breda, Bruno Manuel Pereira Coimbra, Homero Cristina Serra, Presidente da Junta de Freguesia de Luso e José Alves Rosa, Presidente da Junta de Freguesia de Vacariça, os quais foram substituídos respectivamente pelos Senhores Emídio dos Santos, Maria Isabel Pinto Ferreira Lemos, Rui Manuel Fonseca Oliveira, Jorge Campos Carvalho e Maria do Rosário dos Santos Abreu, no seguimento dos pedidos de substituição previamente apresentados. -----

O Senhor Presidente da Mesa informou os membros da Assembleia sobre a correspondência que foi recebida desde a última sessão desta Assembleia Municipal, nomeadamente sobre a convocação para o XX Congresso Extraordinário da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) para a qual foi nomeado o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Luso. Referiu que recebeu as credenciais para a participação no referido Congresso e solicitou ao Senhor Jorge Carvalho que fizesse chegar as credenciais ao Senhor Homero Serra. Recebeu ainda do STAL – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local uma moção de apelo à recusa de extinção de quaisquer freguesias no concelho. Recebeu também ofício da Assembleia de Freguesia do Luso sobre a intenção da Fundação Mata do

Buçaco cobrar portagens no dia 27 de Setembro, quebrando assim o acordo efectuado aquando do fecho da Mata pelos Serviços Florestais, Câmara Municipal de Mealhada, Junta de Freguesia de Luso e outras entidades. Recebeu também um ofício da UTRAT informando sobre o prazo de pronúncia das Assembleias Municipais relativamente à Reorganização da Administração Local, que termina a 15 de Outubro. Recebeu também ofício do Tribunal de Contas informando que as contas do Município relativamente ao Exercício de 2009 tinham sido homologadas. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

O Senhor Presidente da Mesa deu por iniciada a sessão e perguntou se alguém queria inscrever-se neste período. Não havendo quaisquer intervenções encerrou o período de intervenção do público. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

- O Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém queria usar da palavra neste período e foram inscritos os Senhores José Felgueiras, Luís Brandão, António Neves, Carlos Rodrigues, Rui Marqueiro e Vítor Matos. -----

- Tomou a palavra o Senhor José Felgueiras, Presidente da Junta de Freguesia de Mealhada, para apresentar um voto de pesar devido ao falecimento do Senhor João Rocha, que era uma pessoa a quem a Mealhada muito deve, muito correcta e que muito trabalhou para a divulgação das 4 Maravilhas da Mealhada. -----

- O Senhor Presidente da Mesa colocou o voto de pesar à consideração e o mesmo foi aprovado por unanimidade, tendo-se seguido um minuto de silêncio em honra do Senhor João Rocha. -----

- Tomou a palavra o Senhor Luís Brandão para sublinhar que a convocatória foi entregue fora de prazo. No entanto, entende que este atraso terá as suas justificações e que não houve qualquer problema com o sucedido, mas que poderia ter sido evitado. De qualquer forma, sublinhou que o Regimento da presente Assembleia foi aprovado e deverá ser cumprido. Sobre a educação, referiu que várias instalações das escolas primárias e pré-primárias que foram encerradas nos últimos anos são edifícios apetecíveis para várias instituições deste concelho, pelo que contribuiriam para o desenvolvimento favorável das suas actividades. Referiu que algumas dessas instituições enviaram pedidos de utilização desses espaços, mas que ainda não obtiveram qualquer resposta por parte da Câmara Municipal. Assim, questionou se a situação descrita se mantém e se existe algum procedimento na Câmara Municipal para a atribuição desses mesmos edifícios quanto a metodologias de candidatura, métodos de análise e prazos de resposta. -----

- Tomou a palavra o Senhor António Neves para apresentar a intervenção escrita que a seguir se transcreve: -----

“Decorridos 15 longos meses de governação PSD/CDS, o cenário que encontramos e que estes dois partidos, com as suas políticas de destruição, têm conjuntamente levado a cabo é, como se constata diariamente, pouco menos que aterrador, sendo o elevado grau de devastação uma evidência à vista de todos. -----

Passado todo este tempo, duma coisa temos a certeza: somos hoje um país mais pobre e cada vez mais agrilhado, onde a nossa já reduzida soberania está sistematicamente a ser posta em causa. -----

A política de austeridade da troika, que está a ser executada por este governo, é uma desgraça política que tem como objectivo garantir o pagamento aos

credores, que são os grandes grupos económicos e financeiros internacionais, e aos chamados mercados especuladores, a “sida da economia mundial” como referiu o ex-presidente francês, Jacques Chirac. Tudo isto à custa da destruição da economia e da sociedade portuguesa e dos gigantescos sacrifícios para a maioria da população que está a sofrer e a pagar uma maldição para a qual não contribuiu. -----

Em Portugal, as sucessivas e recorrentes medidas de austeridade visam essencialmente uma drástica redução da despesa pública, com especial incidência nas funções sociais do Estado, como sejam, a educação, a saúde, a segurança social, o apoio aos desempregados e o combate à pobreza que atinge hoje índices vergonhosos, para um país que se diz desenvolvido. Visa, também, aniquilar o investimento público – não se espera outra coisa deste governo neoliberal – e um aumento brutal dos impostos, como é o caso agora da alteração, para pior, das taxas de IRS, e ao roubo dos subsídios de férias e de Natal, cujo objectivo é a redução do rendimento dos trabalhadores e pensionistas. Se juntarmos o quase inexistente crédito às pequenas e médias empresas e às famílias, teremos, apesar de nos dizerem o contrário, um agravamento da recessão económica por muitos anos com as consequências desastrosas que daí advirão. -----

Assistimos, hoje, ao empobrecimento da maioria da nossa população e ao aumento exponencial de portugueses que, para matarem a fome, recorrem cada vez mais e em maior número aos bancos alimentares e às instituições de índole caritativa – que o governo tanto aprecia e enaltece. Somos um país de mão e marmitta estendidas, onde a reedição da salazarenta sopa dos pobres é uma realidade, agora, com mais força. -----

A banca andou em jogos de casino com o dinheiro dos depositantes e perdeu. Como não tem dinheiro, a cada dia que passa, são dezenas as pequenas e médias empresas que encerram as suas portas por falta de financiamento bancário. -----

O desemprego real é assustador, quase um milhão e quatrocentos mil, mais de metade sem acesso a subsídio, e, mesmo os 800 mil “oficiais”, esperam e desesperam nas intermináveis filas de espera dos Serviços de Emprego, sem perspectivas de um posto de trabalho, candidatando-se ali a coisa nenhuma. --- Poderíamos estar aqui o tempo todo que não conseguiríamos elencar e descrever todas as maldades de que a maioria dos portugueses têm sido vítimas. E não se pense que os responsáveis por esta desgraça, são aqueles que precederam este governo, como estes recorrentemente têm acusado, ou que, como têm dito, o problema foram os últimos 6 anos. É preciso dizer com toda a frontalidade que os responsáveis pela situação calamitosa que hoje vivemos são, sem excepção, PS e PSD, juntos ou à vez, com ou sem CDS, que nos últimos 35 anos nos (des)governam. -----

Bem podem vir dizer-nos que há limites para sacrifícios. Sim, quais são os limites? Qual é a fronteira para estes limites? -----

Para dar resposta a tudo isto há só um caminho, o caminho da luta. Muitos, cheios de enormes razões, o têm feito. No dia 15 de Setembro outros apareceram e bem nas ruas! Já amanhã a luta necessária, patriótica, contra as políticas de direita prossegue com uma manifestação convocada pela CGTP-IN, que irá realizar-se em Lisboa, para além de outras jornadas de luta em todo o país, marcadas para o mês de Outubro, e que, desejavelmente, contarão com a participação de muitos mealhadenses. É que os mealhadenses, a sua

grande maioria, sofre como outros os suplícios das criminosas políticas de direita. -----

Perante o descalabro, o caminho só pode ser um: A LUTA. -----

Os eleitos da CDU” -----

Apresentou ainda a intervenção escrita que a seguir se transcreve: -----

“Numa das sessões anteriores da Assembleia Municipal de Mealhada, a CDU chamou à atenção de V.ª Ex.ª, para o facto de continuarem a não ser publicadas, na página electrónica e no Boletim Municipal da autarquia, algumas deliberações importantes desta Assembleia Municipal, como prevê o Artigo 57º, pontos 2 e 3, do Regimento da Assembleia Municipal de Mealhada. -----

Também a renúncia ao mandato na Assembleia Municipal do Senhor deputado António Mano Soares, não foi publicada, como devia, nos órgãos acima referidos, nos termos previstos no Artigo 16º, ponto 5, do Regimento desta Assembleia, violando-se assim este documento. -----

Recordamos que V.ª Ex.ª, na altura em que foi interpelado pela CDU, fez mea-culpa e prometeu resolver essa questão no futuro, o que como se verifica não veio a acontecer. -----

Deste modo, exortamos o Senhor Presidente a fazê-lo após esta sessão, cujos alguns conteúdos e materiais são extremamente relevantes para a vida dos munícipes, para a coesão do concelho da Mealhada e cuja publicidade, agora mais do que nunca, fará todo o sentido. Assim o esperamos. Obrigado. -----

Os eleitos da CDU” -----

- Tomou a palavra o Senhor Carlos Rodrigues para enaltecer a publicidade e a programação turística de Verão levadas a cabo na Vila do Luso, as quais se tornaram visíveis através de cartazes e das redes sociais e que entusiasmaram os habitantes locais. Trouxeram vida e alegria à Vila do Luso nestes dias cinzentos do nosso país e da actividade económica. Por isso, felicitou o Executivo Municipal, bem como o Executivo da junta de Freguesia do Luso pelo trabalho desenvolvido. Tal como aconteceu com a programação turística de Verão do Luso, a divulgação através das redes sociais deve servir de exemplo para divulgar o turismo local, as 4 Maravilhas, o desporto, etc., à semelhança do que faz a Fundação Mata do Buçaco, que é incansável neste domínio em termos de comunicação. Sugeriu que a Câmara Municipal deveria ter um departamento exclusivo, ou uma parceria, para este tipo de comunicação em benefício do turismo, da gastronomia, do desporto e da cultura do Município. Sublinhou ainda que a informação municipal não terá fronteiras através das redes sociais, quer sejam informações locais, regionais ou nacionais. Sobre as Maravilhas da Mesa da Mealhada, referiu que falta a sobremesa à 4 Maravilhas da Mealhada e sugeriu que fosse adicionada uma sobremesa típica deste concelho, nomeadamente os Caramujos do Luso. Há quem confunda os Caramujos do Luso com os Ovos-Moles de Aveiro, mas o sabor do recheio dos Caramujos é diferente, é melhor e mais saboroso. O doce dos Caramujos é confeccionado apenas com água, açúcar e gema de ovo. Surgiu no Mosteiro de Lorvão como um doce convencional e foi levado para o Luso pela D.ª Celeste que quando casou, recebeu dos seus tios a receita dos Caramujos há mais de 85 anos. Hoje a sua confecção está assegurada por uma empresa do Luso e seria importante reconhecer os Caramujos como sendo uma das Maravilhas da Mealhada para que também se torne numa referência turística, à semelhança de outros doces regionais como o Pastel de Tentúgal, a Torta de Azeitão ou o Pastel de Belém. -----

- Tomou a palavra o Senhor Rui Marqueiro para, em primeiro lugar, desejar as melhoras ao Senhor Presidente da Câmara pela intervenção cirúrgica a que foi sujeito e que volte rapidamente ao activo com a sua vivacidade política. Sublinhou que o Governo decidiu, em resolução do Conselho de Ministros, suspender a transferência de fundos para a Fundação Mata do Buçaco. Acontece que o Governo se esqueceu de transpor a sua decisão para decreto-lei. O decreto que institui a Fundação Mata do Buçaco prevê a transferência de fundos anuais para pagamento da parte que cabe ao Estado, uma vez que lhe reconhece utilidade pública. Referiu que o Senhor Presidente da Fundação queixou-se amargamente da classificação da IGF à Fundação após um estudo ao trabalho desenvolvido em um ano. Sublinhou que nunca tinha visto um trabalho tão incompetente da IGF, uma vez que ninguém pode avaliar o trabalho de uma Fundação num ano. Acha inacreditável que o Estado corte o financiamento previsto em decreto-lei a uma Fundação que foi proposta pelo próprio Estado a um conjunto de fundadores e que agora vem agora dizer “*ide sozinhos*”. E se a Câmara disser ao Estado a mesma coisa? Sugeriu assim que a Assembleia Municipal deveria pensar, numa futura reunião, em tomar uma posição séria sobre esta matéria, porque “*quem não se sente não é filho de boa gente*” e não são 50 mil euros que irão prejudicar as contas públicas do Estado. -----

- Tomou a palavra o Senhor José Felgueiras, Presidente da Junta de Freguesia de Mealhada, para questionar se se encontra na Assembleia da República ou na Assembleia Municipal. Sobre algumas considerações que leu (“*...morrem mais idosos no concelho de Mealhada...*” e “*...há mesas sem comida...*”) questionou em que é que se basearam para dizer tal coisa. Considera que não se devem dizer estas coisas e esquecer todo o esforço efectuado pela Câmara Municipal em prol de toda a população. Referiu que não podemos ser injustos e que não podemos mentir às pessoas. De facto, pode haver fome na Mealhada, mas não podemos ser desonestos com a Câmara Municipal. -----

- Tomou a palavra o Senhor Vítor Matos, Presidente da Junta de Freguesia de Pampilhosa, para em primeiro lugar referir que o Senhor Doutor João Rocha era uma pessoa por quem tinha muita estima e muito respeito. Sobre o lixo doméstico, referiu que é um problema grave de todas as freguesias e que a Câmara Municipal deveria averiguar o que deve e pode fazer para resolver esta questão. As pessoas têm colocado todo e qualquer tipo de lixo naqueles contentores, nomeadamente couves e/ou silvas roçadas, e neste contexto sugeriu que fossem emitidos comunicados pela Câmara Municipal no sentido de sensibilizar as populações que os contentores são apenas para lixos domésticos. É preciso apelar ao civismo das pessoas para resolver esta questão, nem que seja pela divulgação de informação junto das Juntas de Freguesia, dos Correios, das Escolas, etc. -----

- Tomou a palavra o Senhor Manuel Cardoso, Presidente da Junta de Freguesia de Casal Comba, para, em primeiro lugar, desejar as melhoras ao Senhor Presidente da Câmara, e para sublinhar a importância do problema levantado pelo Senhor Vítor Matos quanto à questão do lixo doméstico. Referiu que a afixação de editais pouco adianta para a sua resolução e sugeriu que sejam fixadas coimas que façam jus a este tipo de abuso. Sobre a instalação da rede de gás natural na freguesia de Casal Comba, referiu que já foi concluída a 2ª fase de instalação, mas que não cobriu a totalidade da localidade de Casal Comba. Referiu que tem havido algum descontentamento

da população, uma vez que alguns já têm a rede de gás ligada e outros não. Nesse sentido, solicitou ao Executivo que diligenciasse junto dos responsáveis da Lusitâniagás para que se avance com a 3ª fase da instalação da rede de gás, principalmente para instalação do gás no pavilhão municipal, que tem actualmente uma utilização diária, e na ligação com a Pedrulha devido à Zona Industrial. -----

- Tomou a palavra a Senhora Vice-Presidente para sublinhar que de facto o Senhor Presidente da Câmara foi intervencionado cirurgicamente e por isso foi obrigado a estar ausente pela primeira vez numa sessão da Assembleia Municipal, desde o 25 de Abril. Assim, espera estar à altura da responsabilidade de substituir o Senhor Presidente da Câmara, pela primeira vez, numa Assembleia Municipal. Sobre a cedência do espaço dos edifícios escolares que foram sendo fechados na sequência da reorganização da rede escolar às colectividades locais, referiu que essa cedência teria que ser sempre de carácter precário. Referiu que alguns edifícios escolares têm sido eventualmente ocupados por algumas colectividades mediante respectivas solicitações. A cedência dos referidos espaços tem obedecido sempre à mesma filosofia de entrega que consiste numa cedência precária mediante informação do Agrupamento de Escolas e parecer da respectiva Junta de Freguesia. Referiu ainda que as referidas cedências têm sido pacíficas seguindo este modelo de cedência. No entanto, uma vez que começaram a chegar muitos pedidos do mesmo género, a Câmara Municipal aprovou na última reunião de câmara um protocolo de cedência que consiste na cedência dos edifícios escolares à Junta de Freguesia por um ano, onde será a própria Junta de Freguesia a decidir sobre a utilização do respectivo espaço. Ao final de um ano, será feito um balanço da utilização dos referidos espaços escolares para se decidir sobre a continuidade da sua cedência. Sublinhou também a importância de ser o Poder Local mais próximo a decidir sobre a cedência destes espaços, pelo que existem até espaços ocupados por mais de uma colectividade. Sobre os caramujos, referiu que têm sido uma aposta clara na divulgação das 4 Maravilhas da Mesa da Mealhada, pelo que têm sido presença constante nas acções de divulgação das 4 Maravilhas. Referiu ainda que a Câmara Municipal, junto com a empresa que fabrica o referido doce, está a tentar criar formas próprias que distingam e atribuam alguma genuinidade a esta iguaria que também honra o concelho. Sobre o corte de financiamento à Fundação Mata do Buçaco, referiu que a Câmara iria tentar abrir os olhos a quem tomou este tipo de decisão. Sobre a questão do lixo doméstico, referiu que todos os anos são feitos apelos às escolas no sentido proceder a acções de sensibilização e junto da comunidade para que este tipo de comportamentos se altere. No entanto, verificamos que as pessoas só reagem sob coacção, e por isso mesmo a Câmara Municipal tem fiscais, apesar de apelar à divulgação de informação por parte dos funcionários da Câmara que fazem a recolha do lixo, para identificar os pontos mais críticos onde tem havido maior abuso. Apesar de haver algumas denúncias, a Câmara dificilmente consegue identificar o infractor, mas quando consegue a sua identificação sujeita-o a proceder à limpeza do espaço e ao pagamento de uma coima. Assim, apelou às pessoas para serem “policías” dos vizinhos no sentido de evitar este tipo de situações. -----

- Tomou a palavra o Senhor Vereador José Calhoa, sobre a questão da Lusitâniagás, para referir que o planeamento de instalação da rede de gás no

concelho de Mealhada foi feito pela Lusitâniagás, do grupo Galp Energia. Acontece que devido aos investimentos da Galp Energia no Brasil e à dificuldade em encontrar financiamento dificultou a progressão de alguns projectos previstos para Portugal, incluindo a instalação da rede de gás na freguesia de Casal Comba. -----

- Tomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa para assumir toda a responsabilidade quanto ao atraso referido pelo Senhor Luís Brandão. Referiu ainda que a presente sessão seria para ter lugar ou na freguesia de Barcouço ou na freguesia de Vacariça. No entanto, os espaços indicados (edifícios escolares) não seriam os mais convenientes devido ao começo do ano lectivo, nas respectivas escolas. E não havendo mais intervenções, deu início ao Período da Ordem do Dia e solicitou que o Ponto 12 fosse discutido já de seguida, devido à sua grande importância, o que foi aceite por todos os membros presentes nesta sessão. -----

12 – PRONÚNCIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NOS TERMOS DA LEI Nº 22/2012, DE 30 DE MAIO: -----

- O Senhor Presidente da Mesa questionou quem é que gostaria de intervir sobre esta matéria e informou que chegou à mesa um requerimento assinado por todos os membros desta Assembleia, o qual leu e a seguir se transcreve: --
“Pronúncia da Assembleia Municipal da Mealhada, nos termos do artigo 11º da Lei nº 22/2012, de 30 de Maio, que aprova o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica: -----

O concelho da Mealhada, criado em 6 de Novembro de 1836, mantém as suas fronteiras desde 1853 e conta com oito freguesias desde 23 de Abril de 1963. Ao longo destas décadas, fortemente alavancado no potencial progressista e de desenvolvimento do Poder Local Democrático e no dinamismo e empreendedorismo das suas gentes, constituiu-se como um Município coeso, com as idiossincrasias naturais de uma terra de centralidade, de plataforma de confluências e de acolhimento. Cento e setenta e cinco anos de trabalho em comum fizeram crescer comunidades que se tornaram fortes, dinâmicas e conscientes da força motriz do entendimento na construção do bem comum. Em cada uma das oito freguesias do concelho da Mealhada há comunidades que se afirmaram e afirmam, constituíram e dão vida a colectividades, projectam-se com iniciativas próprias, criaram IPSS, organizaram-se para resolver localmente necessidades e intervir nos seus destinos. -----

Assim sendo e: -----

- *Considerando que o mapa administrativo autárquico que subsiste desde 1963 se apresenta adequado à realidade identitária, cultural e sociológica do concelho da Mealhada e que a sua alteração criaria, certamente, problemas de que as comunidades não precisam;* -----

- *Considerando que a população, o território, a estrutura da propriedade e os serviços – modelados ao longo de décadas à realidade das pessoas – se apresentam consolidados, equilibrados na globalidade do concelho e razoavelmente adequados às necessidades dos cidadãos, não se perspectivando, bem pelo contrário, qualquer melhoria por força de uma reorganização territorial das freguesias;* -----

- *Considerando que a orientação da Reforma em apreço, de redução do número de freguesias no concelho da Mealhada de oito para seis, não se alicerça em nenhum estudo, análise concreta da realidade do concelho ou*

sequer opinião académica, mas, tão só, na aplicação aritmética de um ditame político; -----

- Considerando que não se vislumbra que as alterações promovidas pela Lei votada em Maio na Assembleia da República, nomeadamente na gestão de serviços de proximidade, possam constituir-se como benefícios para o progresso, para o desenvolvimento ou para o bem comum dos munícipes; -----

- Considerando que nenhum dos eventuais problemas de coesão territorial na estrutura administrativa do concelho, como a gestão de situações de ambiguidade pontuais nos limites de freguesias e concelho, se resolveriam com a Reforma em causa; -----

- Considerando as opiniões expressas e posições aprovadas pelas Assembleias de Freguesia de Antes, Barcouço, Casal Comba, Luso, Mealhada, Pampilhosa, Vacariça e Ventosa do Bairro, pelo executivo da Câmara Municipal da Mealhada, pelas estruturas concelhias dos partidos com assento nesta Assembleia Municipal, pela opinião de muitos cidadãos, manifestada em fóruns de discussão pública de variada ordem e natureza; -----

- Considerando as posições já anteriormente aprovadas e tornadas públicas pela Assembleia Municipal da Mealhada, quer em relação ao denominado Documento Verde, quer, mais tarde, em relação à proposta de lei apresentada pelo Governo na Assembleia da República, onde viria a ser aprovada pela maioria dos deputados ali eleitos; -----

a Assembleia Municipal da Mealhada, reunida em 28 de Setembro de 2012, em sessão ordinária, na cidade e sede de concelho, no âmbito do n.º 11 da Lei 22/2012, de 30 de Maio, pronuncia-se contra a agregação de freguesias decorrente da chamada **reorganização administrativa do território das freguesias deste município**. Não podendo ser outro o sentido da presente deliberação, considera esta Assembleia que Portugal precisa de uma Reforma Administrativa Autárquica que o modernize, que dê mais autonomia política, económica e financeira, adequados meios materiais e legislativos para o exercício das suas competências, que avance na concretização do preceituado na Constituição da República Portuguesa em matéria de regionalização e que aprofunde o sentido democrático do Poder Local, indubitavelmente uma das grandes conquistas do 25 de Abril e do povo português; -----

Mealhada, aos 28 de Setembro de 2012” -----

- Tomou a palavra o Senhor Rui Marqueiro para referir que se encontra feliz pela forma como foi encontrado um texto comum à vontade de todos os partidos políticos com assento nesta Assembleia. Realçou a boa fé de todos os intervenientes na elaboração do presente documento, nomeadamente dos Senhores Luís Brandão e António Neves, independentemente das divergências políticas que existem. Segundo alguns pareceres que tem ouvido, referiu que é necessário um novo acto normativo para dar continuidade à Reorganização Territorial da Administração Local. Assim sendo, sugeriu que a Câmara Municipal ajudasse as freguesias e assumisse os encargos das acções judiciais, contra o Estado, que irão ser colocadas pelas freguesias a extinguir, uma vez que este tipo de acções são sempre difíceis e por isso será necessária a ajuda de juristas de reconhecida competência e experiência. -----

- Tomou a palavra a Senhora Isabel Lemos para apresentar Declaração de Voto da CDU, a qual leu e a seguir se transcreve: -----

DECLARAÇÃO DE VOTO

“A CDU declara aqui o seu regozijo pela deliberação desta Assembleia Municipal que aliás já esperava, desde já com a certeza de que estaremos preparados para os embates que se avizinham e nos quais esperamos encontrar todos os que agora rejeitaram a chamada Reorganização da Administração Local. Como já o fizemos em ocasiões anteriores, temos que lembrar que o intuito de liquidação de freguesias está nos objectivos da Troika; não estando explícito, está o princípio. -----

Regozijamo-nos ainda com o sentido de voto do PSD nesta Assembleia Municipal, mas não esquecemos que é o partido maioritário do governo que conduz o processo, que fez aliás a proposta e cujos deputados na Assembleia da República votaram a favor. -----

Constatamos que, mais uma vez, o eleito Bruno Coimbra não está presente e certamente que as suas ausências estão devidamente justificadas, mas lamentamos tal facto; talvez ele nos pudesse explicar hoje e aqui quais as razões para ter votado a favor, na Assembleia da República, a lei nº 22/2012. -- Os eleitos da CDU” -----

- O Senhor Presidente da Mesa informou que o Senhor Bruno Coimbra justificou a sua ausência a esta sessão da Assembleia Municipal, bem como o Senhor Vereador Miguel Ferreira. Não havendo mais quaisquer intervenções, colocou a proposta de Pronúncia da Assembleia Municipal de Mealhada à votação e a mesma foi aprovada por unanimidade. -----

1 – ACTA Nº 16 – SESSÃO DE 22 DE JUNHO DE 2012: -----

- O Senhor Presidente da Mesa referiu que já foram entregues algumas sugestões de correcção e questionou se alguém queria usar da palavra. Não havendo qualquer intervenção, colocou a Acta n.º 16 – Sessão de 22 de Junho de 2012 à votação e a mesma foi aprovada por maioria com vinte e dois votos a favor e seis abstenções, conforme a listagem das votações que a seguir se indica: -----

VOTAÇÕES

. José Miguel da Rosa Felgueiras:	A Favor
. Manuel Jacinto Gaspar Silva:	A Favor
. António Ferreira Ribeiro:	A Favor
. Manuel Amorim da Silva:	A Favor
. Emídio dos Santos: ..	A Favor
. Guilherme José Campos Duarte:	A Favor
. Luís Filipe Tovim Ferreira:	A Favor
. Inês Alexandra Gomes Várzeas:	A Favor
. Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos:	A Favor
. Maria Isabel Pinto Ferreira Lemos:	A Favor
. Carlos Alberto Esteves Rodrigues:	A Favor
. Rui Manuel Fonseca Oliveira:	A Favor
. Rui Manuel Leal Marqueiro:	Abstenção
. Joana Margarida de Figueiredo Luís:	A Favor
. Rui Manuel Castro Frias:	A Favor
. Fernando Manuel Silva Melo:	A Favor
. Pedro Nuno Figueiredo Duarte:	A Favor
. Alípio de Jesus Gonçalves:	A Favor
. Sandra Isabel Ferreira Carvalho:	Abstenção
. António Nogueira das Neves:	A Favor
. Luís Miguel Pereira Brandão:	Abstenção
. Benjamim Nogueira de Almeida:	Abstenção
. Delfim Manuel Neves Martins:	Faltou
. Manuel Lindo Cardoso:	Abstenção
. Jorge Campos Carvalho:	A Favor

- . José Barroso da Cunha Felgueiras: A Favor
- . Vítor Manuel Alves de Matos: A Favor
- . Maria do Rosário dos Santos Abreu: Abstenção
- . José Manuel Rodrigues Martins: A Favor

2- INFORMAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL: -----

Esta informação escrita do Senhor Presidente da Câmara consta na Ordem de Trabalhos distribuída a todos os membros desta Assembleia Municipal e foi acompanhada dos elementos relativos à informação cultural, ambiental, educativa, desportiva e situação financeira do Município. -----

- O Senhor Presidente da Mesa perguntou aos senhores membros da Assembleia Municipal, se queriam colocar alguma questão sobre a informação apresentada. -----

- Interveio a Senhora Isabel Lemos para apresentar intervenção escrita, a qual leu e a seguir se transcreve: -----

Corte de apoios financeiros à Fundação Mata do Buçaco -----

A CDU ficou muito preocupada com a resolução do Conselho de Ministros nº 79-A/2012 publicada a 25 de Setembro e em que se determina a cessação total de apoios financeiros à Fundação Mata do Buçaco. -----

A CDU não é defensora, por princípio, da existência de fundações. No entanto reconhecemos o trabalho desenvolvido por aquela na divulgação, valorização, dinamização eclética e manutenção da mata. -----

Mas quando se cortam abruptamente financiamentos, é preciso ver como será o futuro do património. Não esquecemos que o estado de degradação a que chegara a mata foi fruto dos vários governos, fossem eles do PS ou PSD. -----

E agora, como vai ser? Com que meios? -----

Os eleitos da CDU” -----

- Interveio o Senhor Luís Brandão para referir que a informação cultural disponibilizada pela Câmara Municipal ignora totalmente as actividades culturais desenvolvidas nos meses de Julho, Agosto e Setembro na freguesia do Luso, à semelhança do que aconteceu no ano anterior. A Câmara Municipal tem disponibilizado somente as actividades que decorrem no Cine-Teatro Messias. Referiu que a Câmara não tem que andar com uma bandeira a vangloriar-se por ter participado na elaboração de tal programa, mas tem que informar que fez parte e que investiu na elaboração da animação de Verão da freguesia do Luso. Elogiou a Câmara Municipal pela boa organização logística do referido evento, esperando que no próximo ano possa ser desenvolvido um programa de maior arrojo e com maior impacto regional. Sobre a Associação Semente Feliz, congratulou-se pela dotação de 22 mil euros naquela rubrica orçamental. No entanto, espera saber concretamente quais serão os objectivos definidos para aquela Associação e o que dela se pode esperar, acreditando que esta dotação possa vir a beneficiar muito os agricultores daquela região, nomeadamente do regadio do Luso, Vacariça e Mealhada. -----

- Interveio o Senhor Jorge Carvalho para relembrar o esforço que foi efectuado para a criação de uma cooperativa na Mata do Buçaco, já no tempo do governo do Senhor António Guterres. Quando passou a ser o governo do Senhor Durão Barroso, esse projecto foi colocado de lado. Quando o governo voltou a ser liderado pelo Partido Socialista, lembrou o esforço que foi feito para recuperar o anterior projecto e efectivamente criar a Fundação Mata do Buçaco. Referiu que foi muito difícil mas conseguiu-se atingir o objectivo. Agora deparamo-nos com o abandono total do Estado, todos lamentam que este corte

tenha acontecido e pediu assim a todos que reflectam sobre quem terão sido os principais responsáveis pelo abandono, por duas vezes, da mata do Buçaco. ---

- Interveio a Senhora Vice-Presidente da Câmara para referir que a Câmara se encontra a reunir informação e documentação de acordo com a lei para que possa fazer tudo o que for possível para salvaguardar o futuro da Fundação Mata do Buçaco. Sobre a falta de informação cultural na informação prestada à Assembleia Municipal, fez mea culpa pela não inclusão dos referidos eventos na referida informação. Referiu que não foi possível a sua inclusão em tempo útil na documentação a enviar devido à sua ausência no período em que o Senhor Presidente da Câmara solicitou a elaboração das diversas informações. Referiu que ainda se lembrou de elaborar a informação pretendida, mas a documentação já tinha seguido para a Assembleia Municipal, pelo que já não foi possível a sua inclusão. Sobre a Associação Semente Feliz, referiu que a alteração da dotação orçamental se refere ao assunto de Santa Cristina. Refere-se à comparticipação do Município a uma obra que já se encontra quase concluída e que foi financiada pelo PRODOR. -----

- Interveio o Senhor Luís Brandão para referir que existia há alguns anos um projecto para recuperar o vale da Ribeira, por trás do cemitério, que consistia em construir uma represa e implementar um sistema de regadio para a agricultura para as zonas da Lameira de São Geraldo, Vacariça, etc. Assim questionou, que o remanescente da dotação orçamental no valor de 23 mil euros será ainda para a construção do açude, ou se se destina a algum estudo de viabilidade do referido projecto e se o mesmo tem “pernas para andar”. -----

- Interveio a Senhora Vice-Presidente da Câmara para referir que conhece o projecto mencionado, que está dentro do mesmo, mas que foi chumbado na altura pelo governo. Referiu então que este é um projecto alternativo, paralelo, para a alavancagem da área agrícola daquela região e elaborado em parceria com privados da região, quer em termos agrícolas, como em termos turísticos. Este projecto foi avante, na medida em que foi apresentado por uma entidade privada e a Câmara apenas se limitou a participar com o valor que o Estado não cobriu, na medida que é uma necessidade explícita em vários âmbitos, nomeadamente na agricultura, protecção civil, turismo, etc. -----

3- PROPOSTA Nº 17/2012 – RECRUTAMENTO EXCEPCIONAL DE TRABALHADORES NO ÂMBITO DAS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR: -----

- Interveio a Senhora Vice-Presidente da Câmara para referir que se destina à contratação de professores no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular, o que já estava previsto no Mapa de Pessoal de 2012, uma vez que é uma competência da Câmara Municipal, decorrente da delegação de competências que aceitaram. -----

- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para questionar, uma vez que os professores já foram contratados, quais seriam as consequências se a Assembleia Municipal deliberasse contra a presente proposta de recrutamento.

- Interveio a Senhora Vice-Presidente da Câmara para referir que muito provavelmente teriam que rescindir todos os contratos assinados com os professores com base na deliberação da Assembleia Municipal. Elucidou que a Câmara teve que pesar as consequências sociais e na educação que este tipo de atraso traria ao funcionamento e à rotina escolar, uma vez que os pais teriam que encontrar uma alternativa para cuidar dos seus filhos entre o final do dia escolar e a abertura dos ATLS, que apenas abrem às 17:30h. Esta

alteração viria a trazer grande instabilidade para as famílias, principalmente num período de crise e de grandes dificuldades económicas e financeiras. Reforçou que o Município assumiu a responsabilidade de proteger as famílias e as crianças neste âmbito e foi precisamente isso que fez ao assegurar a contratação de novos professores em tempo útil. Lembrou, no entanto, que esta questão já tinha sido debatida e esclarecida aquando da votação do Mapa de Pessoal de 2012, pelo que já toda a gente estaria informada e esclarecida e que nunca lhes passaria pela cabeça que este procedimento não fosse ratificado nesta Assembleia. -----

- O Senhor Presidente da Mesa referiu que se sente confortável com a explicação da Senhora Vice-Presidente, mas recordou que se está a discutir um acto consumado e por isso entendeu que deveria ser dada uma explicação à Assembleia perante esse facto. Não está em causa colocar em risco o funcionamento do ano lectivo, mas sim saber o porquê de estarmos perante um acto consumado e que não veio, em tempo, a esta Assembleia de forma a ser discutido antes da abertura dos concursos. Referiu ainda que não passará pela cabeça de ninguém votar contra esta proposta. No entanto, estaria muito mais confortável se pudesse ter votado esta questão antes do concurso estar consumado. -----

- Interveio a Senhora Vice-Presidente para esclarecer que esta questão não poderia ter vindo à Assembleia Municipal mais cedo porque ainda não tinham cessado os contratos em vigor e os professores ainda estavam em funções. ----

- O Senhor Presidente da Mesa referiu que ficou esclarecido. Não havendo quaisquer intervenções, colocou a Proposta nº 17/2012 – Recrutamento Excepcional de Trabalhadores no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular à votação e a mesma foi aprovada por unanimidade, conforme a lista de votações que a seguir se indica: -----

VOTAÇÕES

. José Miguel da Rosa Felgueiras:	A Favor
. Manuel Jacinto Gaspar Silva:	A Favor
. António Ferreira Ribeiro:	A Favor
. Manuel Amorim da Silva:	A Favor
. Emídio dos Santos:	A Favor
. Guilherme José Campos Duarte:	A Favor
. Luís Filipe Tovim Ferreira:	A Favor
. Inês Alexandra Gomes Várzeas:	A Favor
. Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos:	A Favor
. Maria Isabel Pinto Ferreira Lemos:	A Favor
. Carlos Alberto Esteves Rodrigues:	A Favor
. Rui Manuel Fonseca Oliveira:	A Favor
. Rui Manuel Leal Marqueiro:	A Favor
. Joana Margarida de Figueiredo Luís:	A Favor
. Rui Manuel Castro Frias:	A Favor
. Fernando Manuel Silva Melo:	A Favor
. Pedro Nuno Figueiredo Duarte:	A Favor
. Alípio de Jesus Gonçalves:	A Favor
. Sandra Isabel Ferreira Carvalho:	A Favor
. António Nogueira das Neves:	A Favor
. Luís Miguel Pereira Brandão:	A Favor
. Benjamim Nogueira de Almeida:	A Favor
. Delfim Manuel Neves Martins:	Faltou
. Manuel Lindo Cardoso:	A Favor
. Jorge Campos Carvalho:	A Favor
. José Barroso da Cunha Felgueiras:	A Favor
. Vítor Manuel Alves de Matos:	A Favor

. Maria do Rosário dos Santos Abreu: A Favor
José Manuel Rodrigues Martins: A Favor

4 - AUDITORIA AO MUNICÍPIO DE MEALHADA - RELATÓRIO Nº 1305/2011 IGF: -----

- Interveio o Senhor Rui Marqueiro para referir que leu atentamente o relatório da IGF e constatou que a Câmara Municipal da Mealhada só não tem uma óptima situação porque empola as receitas de capital. Assim, basta corrigir esta questão a nível orçamental para que possa ter um papel da IGF que diga "Ótimo". -----

- Interveio o Senhor Jorge Carvalho para lembrar que se fala muitas vezes da boa saúde financeira da Câmara Municipal e como ela é um exemplo para o país. No entanto, quer apenas acrescentar que não se deve esquecer que o Luso, a sua terra, contribuiu muito para a boa saúde financeira da Mealhada. ---

- Interveio o Senhor Pedro Duarte para referir que a avaliação a que a Câmara Municipal foi sujeita não tem a ver com questões de mérito, mas sim com questões de legalidade e de procedimentos de ordem contabilística, administrativa e financeira. Daí, referiu que não seria bom extrapolar o bom cumprimento do município à gestão das suas actividades e do seu programa. Não estranhou o facto de a Câmara ter apresentado um bom desempenho neste relatório, mas sim o que é que terá levado a Câmara a ser auditada. Como desempenha funções na área da auditoria, referiu que aquilo que é vulgar ser utilizado pelo Tribunal de Contas e pela IGF, na selecção, é o cumprir de um determinado critério de selecção que leve a que um determinado município venha a ser auditado. E o que achou estranho foi o facto de a Mealhada aparentemente não cumprir qualquer critério de selecção e mesmo assim ser auditada. Neste sentido, referiu que a IGF terá vindo apenas fazer "cócegas" ao concelho de Mealhada, quando existem certamente outros municípios mais importantes e com outro volume de problemas. -----

- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para, em defesa da Câmara Municipal, referir que a insinuação grave do Senhor Pedro Duarte quanto aos critérios de selecção para a auditoria ao Município de Mealhada demonstra uma grande ignorância. Referiu que é elaborado um plano, quer no Tribunal de Contas, quer na Inspeção-Geral de Finanças (IGF), das autarquias a auditar no ano seguinte, o qual se encontra disponível na internet para consulta. Referiu ainda que não é felizmente que o relatório teve este resultado, mas sim graças ao trabalho dos funcionários e do executivo municipal. Entende que não existe qualquer acaso ou sorte no resultado desta auditoria, nem que veio alguém fazer "cócegas". Referiu que o Senhor Pedro Duarte proferiu uma acusação grave ao dizer que a IGF terá vindo ao município fazer uma auditoria superficial por alguma razão. Neste sentido, referiu que o presente relatório da Inspeção-Geral de Finanças obedece aos mesmos critérios de avaliação a que todos os Municípios são sujeitos. Referiu ainda que o presente relatório é dos poucos que se encontram disponíveis na internet com um despacho "Visto com apreço". Ficou estupefacto com as palavras do Senhor Pedro Duarte ao desvalorizar o resultado do relatório efectuado ao município referindo que não era tutela de mérito. Realmente este relatório não é tutela de mérito mas deveria ser, como já o foi, e seria classificado de excelente se fosse efectivamente classificado. Achou grave a insinuação que existiria algum critério escondido na IGF para vir tantas vezes à Mealhada e que os Senhores Auditores não auditaram o que deveriam ter auditado. Queixas da actuação da

Câmara ao nível financeiro não houveram com certeza, pois estariam apresentadas e identificadas neste relatório. -----

- Interveio o Senhor Pedro Duarte para esclarecer as suas palavras e a sua tomada de posição. Apenas referiu que achou estranho o facto de o município da Mealhada ser tantas vezes auditado, num universo de 308 municípios, tendo sido sempre, em anos anteriores, igualmente apreciado o trabalho elaborado pelo município. Assim, ao referir que a IGF vinha fazer “cócegas” ao município de Mealhada, quis dizer que dificilmente seria encontrado um comportamento distinto daquele que teve nos anos anteriores, ao ponto de vir agora verificar qualquer tipo de anomalia. Ignorância seria, achar que a Mealhada estaria a ser perseguida ou a ser alvo de denúncias. Assim, achou lamentável a forma como o Senhor Presidente da Mesa partiu para o ataque pessoal no meio desta Assembleia e não admite, nem nunca admitirá, o que hoje lhe foi feito. Demarcou-se completamente da interpretação dada pelo Senhor Presidente da Mesa às suas palavras. Confia plenamente no trabalho do município e lembrou que, desde que foi eleito, sempre teve o espírito de colaborar com o município naquilo que achava que tinha de ser melhorado e não admite ser chamado de ignorante. Das suas palavras, não consegue perceber de onde foram retirados ataques ao município ou desconfianças de que alguma coisa estaria mal. Isto só poderá ser resultado de ignorância. Referiu ainda que conhece pessoalmente o Senhor Auditor Chefe deste relatório, e quando disse que vieram fazer “cócegas”, quis dizer que não esperava outro resultado deste relatório e por isso, folga em saber que todos os munícipes e contribuintes deste concelho ficam felizes em saber que este município tem adoptado as práticas correctas na sua gestão. -----

- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para referir que o que foi dito primeiramente não teve nada a ver com o que foi esclarecido. Esclareceu que se o Senhor Pedro Duarte tivesse iniciado a sua intervenção como iniciou a segunda, não teria dito qualquer palavra. -----

5 – PARECER DO AUDITOR EXTERNO: -----

- Interveio o Senhor Manuel Jacinto para amenizar o ambiente e para referir que se encontra mais aliviado porque o Benfica ganhou o jogo. De forma a enaltecer a boa saúde financeira do município de Mealhada, proferiu o ponto 8 de referido parecer: *“Concluimos o nosso parecer expressando a nossa opinião de que, a posição financeira da autarquia em 30 de Junho de 2012 reforçou a sua solidez apresentando recursos financeiros suficientes para cumprir com todas as obrigações actualmente assumidas.”* Quer com isto dizer que a nossa Câmara Municipal tem uma boa saúde financeira, mas olhando para os concelhos vizinhos como Anadia e Cantanhede, que não estão tão bem financeiramente, nota que esses concelhos estão a crescer. Sabendo que a Mealhada tem dinheiro, ficou com os subsídios de natal e de férias dos funcionários e goza de boa saúde financeira, sente que a Mealhada poderia estar a crescer e melhor do que aquilo que está. Por isso, questionou porque é que o Município não faz mais obra, quando se tem dinheiro para as fazer. -----

- Interveio o Senhor Rui Marqueiro para mencionar que sempre criticou a Zona Industrial da Pedrulha, não porque estivesse mal feita, mas porque se destinou mais ao encaixe financeiro de mais-valias do que ao desenvolvimento económico da região. Lembrou que a Zona Industrial de Viadros produziu zero, o que faz toda a diferença. Assim, a Câmara Municipal da Mealhada acabou por fazer da Zona Industrial da Mealhada uma operação dupla, tendo

em vista não só a vertente empresarial, como também não perdeu de vista a operação urbanística que permitiriam arrecadar potenciais mais-valias. Na sua perspectiva de economista, entende que foi mal feita, apesar de aceitar e respeitar a opção que foi tomada. Caso tivesse sido feito de outra forma, o Município teria um pouco menos de boa saúde financeira, mas teria mais desenvolvimento económico. No entanto, referiu que hoje em dia, a saúde financeira é importantíssima e será tão importante no futuro que terá um peso decisivo na extinção de municípios. Assim sendo, os municípios que estiverem em pior situação financeira, serão os primeiros a desaparecer devido à Reforma Administrativa que aí vem. -----

- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para esclarecer que o valor dos subsídios de natal e de férias retidos são destinados a efectuar, em primeiro lugar, pagamentos em atraso e, posteriormente, para consolidar a dívida financeira. -----

- Interveio o Senhor Jorge Carvalho para reforçar e para lembrar que a Câmara Municipal ficou muito a ganhar financeiramente com as Águas do Luso, mas que o Luso, em contrapartida, perdeu muito. Referiu que o Luso ficou um deserto, principalmente com a deslocalização do engarrafamento da Água do Luso. Assim, na sua opinião, referiu que o Luso deveria merecer um maior investimento por parte da Câmara Municipal para compensar tudo aquilo que saiu do Luso e tudo aquilo que foi prometido mas que ainda não foi cumprido. –

- Interveio a Senhora Vice-Presidente da Câmara para lembrar que os municípios vizinhos podem ter um grande volume de obra em curso, mas que felizmente são investimentos que a Câmara da Mealhada já fez há 20 anos atrás. É óbvio que neste momento faltará o alindamento e o Edifício Municipal, conforme a estratégia definida de começar primeiro por satisfazer as necessidades da população do concelho. O Edifício Municipal está de facto nos seus horizontes mas não foi ainda uma prioridade. Como se pode verificar, existem muitas obras que já deveriam encontrar-se em fase terminal. No entanto, só agora estão a iniciar-se devido a impedimentos legais. No entanto, fica feliz por olhar à volta e verificar que os municípios vizinhos estão a fazer investimento que esta Câmara já fez há muitos anos atrás. -----

- Interveio o Senhor Vereador José Calhoa para referir que as obras devidamente planeadas com tempo têm sofrido impedimentos de carácter legal e também de outras origens. Referiu que nem sempre é bom ter uma boa saúde financeira na medida em que concorrem 60 ou 70 empreiteiros a concursos de obras pequenas, e ainda depois da "guerra" entre os empreiteiros, existe ainda a obrigação legal de revista do Tribunal de Contas que muitas vezes demora. Poderão verificar na agenda quais as obras que estão em curso. Obviamente que existem atrasos mas as obras aparecerão na altura certa. -----

6 – LISTAGEM DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS: -----

- Interveio a Senhora Vice-Presidente da Câmara para lembrar que a Assembleia Municipal, na sua sessão de 22 de Junho, aprovou a autorização genérica, sob compromisso de a Câmara Municipal remeter à Assembleia a listagem dos compromissos plurianuais assumidos para conhecimento. Esta listagem é precisamente para dar conhecimento dos compromissos plurianuais assumidos. -----

- O Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém queria usar da palavra sobre este ponto e não havendo qualquer intervenção deu início ao ponto seguinte. -----

7 – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DE IRS PARA O ANO DE 2013: -----

- O Senhor Presidente da Mesa passou a palavra à Senhora Vice-Presidente da Câmara que referiu que usaria da palavra depois das considerações dos Senhores Membros da Assembleia Municipal. Sob pedido, facultou 5 minutos de intervalo para discussão particular dos grupos municipais sobre esta questão. Findo o intervalo, passou a palavra ao Senhor Rui Marqueiro. -----

- Interveio o Senhor Rui Marqueiro para referir que o IRS é um imposto que recai sobre quem trabalha e que esta proposta chegou com 1 ano de atraso. Lembrou que apresentou uma proposta em Dezembro de 2011, com o intuito de colocar o IRS a 0% sabendo que a Câmara iria lançar as taxas municipais aos direitos de passagem e por isso este tipo de redução não seria tão gravoso para as finanças locais, para ajudar simbolicamente as famílias do concelho. Seria uma oportunidade de demonstrar que a Câmara Municipal estaria com a população e servir de exemplo a outras Câmaras do país. Entendeu que a Câmara Municipal não tivesse sido sensível a essa proposta. O que não entendeu foi a posição dos partidos da oposição, PSD e CDU, principalmente da CDU que fundamentou a sua posição com o facto de a Câmara vir a ser privada de recursos que são seus por direito. Se os eleitos da CDU tivessem tido o cuidado de verificar a informação financeira do Senhor Presidente da Câmara e o acerto de Tesouraria da época e o de hoje, verificariam que houve um aumento de 2 milhões de euros. Lamentou que tivessem tido uma outra visão que não a justeza da proposta de então e que os levou a votar daquela forma. -----

- Interveio o Senhor Pedro Duarte para referir que a arte de cobrar impostos, no qual este se inclui, consiste na arte de depenar o pato com o menor guincho possível. Acontece que o pato não percebe porque é que continua a ser depenado quando a autarquia terá 6 milhões de euros nas suas contas bancárias. Em nome da bancada do PSD, afirma que a Câmara Municipal aumenta os seus impostos municipais no ano de 2013, ao contrário da política de comunicação da Câmara Municipal e do seu Presidente, quer no Boletim Municipal, na imprensa escrita ou mesmo na televisão, em que fez deste concelho notícia, através da manchete de que a Câmara reduziria os impostos municipais. O único imposto que será reduzido sob proposta da Câmara será o imposto do IRS. No entanto, não fica bem dizer que se reduziu o imposto do IRS em 2013, quando o seu impacto apenas será sentido em 2014, aquando da liquidação do referido imposto. A redução que se estaria a pensar será diferida no tempo e os valores que forem recebidos durante o ano de 2013, dirão respeito à liquidação de 2012 e que terá por base a taxa que foi aprovada na já referida sessão de 22 de Junho de 2011, no Luso. Na altura, a bancada do PSD defendeu a taxa proposta pelo Executivo Camarário na medida em que era a sua convicção firme de que o esforço seria feito sobretudo por aqueles que mais ganham, e que serão precisamente os que mais ganham com a devolução dos 5% que a Câmara terá direito. No limite, o valor a arrecadar servirá para engrossar a boa saúde financeira do município. Quanto à derrama, referiu que não haverá qualquer redução de impostos nesta matéria, mas sim a manutenção dos mesmos e que terão efeitos nos anos de 2014. Relativamente

ao IMI, que é a taxa que implicará directamente na tesouraria das famílias e das empresas deste concelho, irá sofrer um aumento de 0,2% para 0,3% devido ao aumento da taxa mínima legal fixada para 2012. No entanto, o aumento deste imposto será de 50% para os prédios avaliados. Quanto aos prédios não avaliados nos termos do IMI, haverá uma redução artificial de 0,6% para 0,5%, lembrando que a avaliação destes prédios será forçosamente corrigida. Neste sentido, estes prédios, não obstante serem taxados a 0,5%, virão a ser taxados à taxa de 0,3% sobre o resultado na nova avaliação. Ou seja, aqueles que vierem a pagar efectivamente menos imposto devido a esta redução, receberão liquidações adicionais fruto da referida avaliação aos seus prédios, o que não irá ser agradável para quem as receber. O Executivo defendeu-se que irá aplicar as taxas mínimas e por isso não sabe onde é que o Executivo foi buscar a redução de impostos, na medida em que as taxas mínimas dos anos anteriores, aumentaram este ano. Mencionou que o Executivo ficou de braços cruzados e apenas se limitou a cumprir o que está imposto na lei e que foi imposto pela Troika. Se de facto fosse intenção do Executivo manter o nível de tributação dos anos anteriores (0,2%), referiu que existe um mecanismo na lei das finanças locais que permite a isenção total ou parcial de todos os impostos a que a autarquia tem direito. É da opinião que a autarquia deveria ter utilizado o mecanismo referido. Neste sentido, referiu que não basta lamechar na televisão que fomos obrigados por Lisboa a cobrar as taxas mínima, quando é da competência do Município utilizar o referido mecanismo no sentido de manter o nível de tributação do concelho. Ou seja, a Câmara não reduzirá impostos em 2013. Irá reduzir eventualmente o IRS em 2014, irá manter a Derrama e aumentar o IMI. Por isso, é importante que haja uma comunicação simples, mas que sobretudo diga a verdade sobre os impostos municipais. Em pormenor, reforçou que a Câmara terá recebido no ano anterior cerca de 800 mil euros em sede de IMI. Este ano, referiu que a Câmara já recebeu cerca de 700 mil euros e ainda falta receber a 2ª prestação do imposto que é paga em Setembro, sendo estimada a receita de cerca de 1 milhão de euros. Acredita que a Câmara estará a acompanhar as avaliações dos prédios que ainda não foram avaliados e se estiver a fazer esse acompanhamento, a Câmara terá alguma justificação para cobrar a todos os proprietários de prédios urbanos do concelho a taxa de 0,3%, o que significará numa receita na ordem dos 1,5 milhões de euros. A isto não se chama aliviar os orçamentos familiares com redução imediata, pois a única redução imediata que o município pode proporcionar é apenas em sede de IMI. Para isso teria que ser a Câmara Municipal a ter iniciativa de propor uma taxa inferior à taxa limite com a fundamentação do já referido mecanismo legal. -----

- Interveio o Senhor Jorge Carvalho para lembrar que o Senhor Rui Marqueiro apresentou, em nome da bancada do PS, proposta para baixar as taxas dos impostos municipais, na sessão de Dezembro de 2011, no Luso, e não pode aceitar que os partidos da oposição não tenham aceitado a sua proposta, pelo único motivo de ter sido apresentada pelo líder da bancada do PS. -----

- Interveio a Senhora Vice-Presidente da Câmara para reforçar que as taxas propostas e aprovadas por unanimidade pelo Executivo Camarário são as taxas mínimas legais, pelo que não podem fixar taxas abaixo dos limites legalmente fixados. Referiu ainda que não se pode avaliar a boa saúde financeira da Câmara Municipal apenas pelo saldo de tesouraria, mas também pelas obras que estão comprometidas e têm que ser pagas. Também não

podemos esquecer que existe uma reprogramação do QREN e não sabemos qual será o futuro das candidaturas aos fundos do QREN já efectuadas, para comparticipação, nomeadamente para o Centro Escolar do Luso, a requalificação urbana da zona central da Mealhada e do Luso, o Espaço Inovação, o Posto de Turismo, etc. Referiu que a Câmara tem uma boa situação financeira que permitiu assumir estes compromissos e ter capacidade para os pagar e é por isso que a Câmara tem arrecadado este volume de receitas, com o menor esforço possível para os contribuintes. Lembrou também que o Município tem, para além de um forte investimento de capital, um outro tipo de investimento que não se revela como investimento de capital, mas sim como despesas correntes que é referente a uma política social coesa em várias vertentes como a educação, a saúde, o desporto ou a animação dos espaços público. Salientou que estes investimentos são uma despesa assumida mas que é preciso capacidade para o fazer, pelo que não é por acaso que os outros Municípios não o fazem. Neste sentido, reforçou que o Município não arrecada dinheiro apenas para depositar em contas bancárias e que a maioria do saldo de tesouraria descrito se encontra neste momento comprometido. Lembrou ainda que o Município não aumenta há já algum tempo os transportes escolares, a água, a componente de apoio à família, e isto é colocar alguma capacidade financeira nos bolsos dos nossos munícipes. Poderiam obviamente ir mais longe mas tem que haver uma política de redistribuição da riqueza e tentar permitir que exista equidade neste concelho. -----

- Interveio o Senhor Luís Brandão para referir que a bancada do PSD vai apoiar a proposta do Executivo Municipal, ao contrário do que aconteceu no ano anterior em que a Câmara necessitaria de um estímulo e de um voto de confiança para dar continuidade às suas obras. Como a crise se tem vindo a agravar, são da opinião que se deve dar, desta vez, um voto de confiança e de estímulo à população, tendo no entanto consciência de que serão os mais afortunados que serão efectivamente beneficiados, acreditando que algum desse valor que ficará com as famílias mais afortunadas se destinará a título de donativo a Instituições de Solidariedade Social do nosso concelho. -----

- Não havendo quaisquer intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou a Participação Variável de IRS para 2013 à votação e a mesma foi aprovada por unanimidade, conforme a lista de votações que a seguir se indica: -----

VOTAÇÕES

. José Miguel da Rosa Felgueiras:	A Favor
. Manuel Jacinto Gaspar Silva:	A Favor
. António Ferreira Ribeiro:	A Favor
. Manuel Amorim da Silva:	A Favor
. Emídio dos Santos:	A Favor
. Guilherme José Campos Duarte:	A Favor
. Luís Filipe Tovim Ferreira:	A Favor
. Inês Alexandra Gomes Várzeas:	A Favor
. Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos:	A Favor
. Maria Isabel Pinto Ferreira Lemos:	A Favor
. Carlos Alberto Esteves Rodrigues:	A Favor
. Rui Manuel Fonseca Oliveira:	A Favor
. Rui Manuel Leal Marqueiro:	A Favor
. Joana Margarida de Figueiredo Luís:	A Favor
. Rui Manuel Castro Frias:	A Favor
. Fernando Manuel Silva Melo:	Faltou
. Pedro Nuno Figueiredo Duarte:	A Favor
. Alípio de Jesus Gonçalves:	A Favor

. Sandra Isabel Ferreira Carvalho:	A Favor
. António Nogueira das Neves:.....	A Favor
. Luís Miguel Pereira Brandão:.....	A Favor
. Benjamim Nogueira de Almeida:.....	A Favor
. Delfim Manuel Neves Martins:	Faltou
. Manuel Lindo Cardoso:	A Favor
. Jorge Campos Carvalho:.....	A Favor
. José Barroso da Cunha Felgueiras:.....	A Favor
. Vítor Manuel Alves de Matos:.....	A Favor
. Maria do Rosário dos Santos Abreu:	A Favor
. José Manuel Rodrigues Martins:	A Favor

A presente deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos. O Senhor Fernando Melo não votou a presente proposta por se ter ausentado justificadamente de forma permanente da Assembleia Municipal. ----

8 – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA O ANO DE 2013: -----

- Interveio o Senhor Vereador José Calhoa para elucidar que a lei do IMI entrou em vigor em 2003 e que estaria prevista a revisão dos coeficientes de localização nos anos de 2006, 2009 e 2012. Referiu que as reuniões de revisão tiveram início em 2011 e logo se percebeu que não poderiam baixar mais os valores dos coeficientes de localização na medida em que o valor patrimonial dos prédios revistos em 2006 e 2009 baixariam ainda mais, o que resultaria num valor mais distante do valor real dos imóveis. Referiu que o aumento do imposto em 50% resultou da introdução do Orçamento de Estado do aumento do limite mínimo das taxas de IMI de 0,2% para 0,3%. Relativamente à avaliação geral de prédios, referiu que esta é uma tarefa gigantesca pelo que existem 9297 prédios por avaliar no concelho de Mealhada e no distrito do Aveiro existem 219711 prédios por avaliar. Dos 9297 prédios por avaliar no concelho da Mealhada, 5627 são prédios construídos antes de 1951, pelo que tiveram uma reunião com a Administração Tributária onde estes manifestaram dificuldade em localizar os referidos prédios. Acontece que este trabalho tem sido feito pela própria Administração Tributária e pelas Juntas de Freguesia que têm disponibilizado um grande apoio neste processo. Num período que é preciso poupar, referiu que toda a informação da Câmara tem sido digitalizada e enviada para o Ministério das Finanças para que possam proceder à respectiva avaliação. Relativamente ao impacto que a presente avaliação geral poderá ter em sede de IMI, acredita que ninguém sabe e até mesmo a própria Administração Tributária terá grande dificuldade em estimar o que irá acontecer, pelo que existe uma salvaguarda de que ninguém terá um aumento superior a 75 euros até 2015. A grande dúvida que subsiste neste momento é saber se este aumento será efectivamente destinado ou não à Câmara Municipal. -----

- Interveio o Senhor Pedro Duarte para referir que o Senhor Vereador José Calhoa relatou o que está neste momento a acontecer com a avaliação geral dos prédios e esclareceu que não foi o governo que ordenou esta avaliação geral mas sim a lei que previa a presente avaliação geral dos prédios num prazo máximo de 10 anos. A Troika apenas se limitou a antecipar a execução desta avaliação em um ano. À semelhança de muitos outros municípios, a Câmara da Mealhada tem a possibilidade de verificar a variação das avaliações dos prédios não avaliados, depois de o serem, através das notas de cobrança. Quer com isto dizer que o Município se encontra em condições de estimar estatisticamente o resultado desta avaliação, face ao número de prédios que já

foram avaliados neste processo e às bases de comparação dos prédios que são anteriores a 2003 e que já foram avaliados nos novos termos do IMI. Relativamente à taxa proposta, referiu que não pode aceitar quando se diz: “a taxa mínima é suficiente”, pelo que o nº 2 do artº 12 da Lei das Finanças Locais refere: “A Assembleia Municipal pode, por proposta da Câmara Municipal e através de deliberações fundamentadas conceder isenções totais ou parciais relativamente aos impostos e outros tributos próprios.” Assim sendo, referiu que esta é a ferramenta que o município poderia utilizar, caso quisesse fixar a mesma taxa que nos anos anteriores. Por isso, não se percebe que quem fixou taxas de 0,2% nos últimos anos, venha agora propor uma taxa de 0,3% apenas porque a lei o impõe. Existe outra lei para além do IMI, uma lei reforçada onde é exigida uma intervenção directa do município para querer fazer justiça se assim o entendesse. Relativamente ao regime de salvaguarda do IMI, referiu que, tecnicamente é a maior aberração deste diploma, na medida em que apenas beneficiarão deste regime os proprietários que menos pagavam em face do prédio que têm, o que é uma asneira e que não tem nada de equidade. Aceita que o governo tenha tido intenção de acautelar a subida repentina deste imposto. Mas acontece que quem comprou, herdou, modificou, ampliou, reconstruiu e/ou foi penhorado viu o seu prédio avaliado sem qualquer tipo de salvaguarda. Referiu ainda que quem declarar o salário mínimo e tiver uma casa avaliada em um milhão de euros, apenas terá um acréscimo de 50 euros ano após ano, o que é o cúmulo. Referiu ainda que um proprietário que tenha um prédio avaliado por 75 mil euros terá um aumento de 75 euros com o presente aumento da taxa de IMI proposto pelo Executivo Camarário. Para o mesmo proprietário poder beneficiar de devolução dos 5% da participação variável de IRS já aprovada terá de declarar um rendimento superior a 35 mil euros para obter uma devolução no valor de 75 euros. Neste sentido, questionou quantas famílias do concelho têm este tipo de rendimentos e quantos outros proprietários vão ter que pagar estes 75 euros sem qualquer devolução. Relembrou que o referido mecanismo está presente na lei desde 2007 e era esta a altura que gostaria de ver os cerca de 62 municípios que se viram forçados a cobrar a taxa mínima porque alguém assim impôs e ninguém fez nada. -----

- Não havendo quaisquer outras intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou o Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2013 à votação e a mesma foi aprovada por maioria, conforme a lista de votações que a seguir se indica: -----

VOTAÇÕES

- | | |
|--|-----------|
| . José Miguel da Rosa Felgueiras: | A Favor |
| . Manuel Jacinto Gaspar Silva: | Abstenção |
| . António Ferreira Ribeiro: | A Favor |
| . Manuel Amorim da Silva: | A Favor |
| . Emídio dos Santos: | Abstenção |
| . Guilherme José Campos Duarte: | A Favor |
| . Luís Filipe Tovim Ferreira: | A Favor |
| . Inês Alexandra Gomes Várzeas: | Abstenção |
| . Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos: | A Favor |
| . Maria Isabel Pinto Ferreira Lemos: | A Favor |
| . Carlos Alberto Esteves Rodrigues: | A Favor |
| . Rui Manuel Fonseca Oliveira: | Abstenção |
| . Rui Manuel Leal Marquero: | A Favor |
| . Joana Margarida de Figueiredo Luís: | A Favor |
| . Rui Manuel Castro Frias: | Abstenção |

. Fernando Manuel Silva Melo:	Faltou
. Pedro Nuno Figueiredo Duarte:	Abstenção
. Alípio de Jesus Gonçalves:	A Favor
. Sandra Isabel Ferreira Carvalho:	A Favor
. António Nogueira das Neves:	A Favor
. Luís Miguel Pereira Brandão:	Abstenção
. Benjamim Nogueira de Almeida:	A Favor
. Delfim Manuel Neves Martins:	Faltou
. Manuel Lindo Cardoso:	A Favor
. Jorge Campos Carvalho:	A Favor
. José Barroso da Cunha Felgueiras:	Abstenção
. Vítor Manuel Alves de Matos:	A Favor
. Maria do Rosário dos Santos Abreu:	A Favor
. José Manuel Rodrigues Martins:	A Favor

A presente deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos. O Senhor Fernando Melo não votou a presente proposta por se ter ausentado justificadamente de forma permanente da Assembleia Municipal. ----

- Interveio o Senhor Pedro Duarte para apresentar Declaração de Voto, referindo que a bancada do PSD decidiu abster-se da presente votação na medida em que o Executivo poderia ter ido mais longe do que apenas limitar-se a fixar a taxa mínima legal, quando tinha todas as condições para o fazer. -----

9 – DERRAMA PARA O ANO DE 2013: -----

- Interveio o Senhor Pedro Duarte para referir que este é um imposto que tem vindo a descer de ano para ano no que toca à execução de receita do mesmo. Teoricamente, este imposto recai sobre todos os sujeitos passivos domiciliados ou com estabelecimentos estáveis neste concelho. Verificando a execução normal deste imposto, alertou que podemos estar perante um possível definhamento do tecido empresarial do concelho e por isso chama atenção para que haja alguma prudência face ao valor arrecadado, de cerca de 90 mil euros. -----

- Interveio a Senhora Vice-Presidente da Câmara para mencionar a sua suspeita para o facto de o município estar a perder a cobrança de impostos de empresas instaladas no concelho que deveriam estar a pagar e não o estão a fazer, pelo que poderão estar beneficiar aqueles que menos contribuem em termos sociais para o concelho. -----

- O Senhor Presidente da Mesa colocou a Derrama para o ano de 2013 à votação e a mesma foi aprovada por unanimidade, conforme a lista de votações que a seguir se indica: -----

VOTAÇÕES

. José Miguel da Rosa Felgueiras:	A Favor
. Manuel Jacinto Gaspar Silva:	A Favor
. António Ferreira Ribeiro:	A Favor
. Manuel Amorim da Silva:	A Favor
. Emídio dos Santos:	A Favor
. Guilherme José Campos Duarte:	A Favor
. Luís Filipe Tovim Ferreira:	A Favor
. Inês Alexandra Gomes Várzeas:	A Favor
. Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos:	A Favor
. Maria Isabel Pinto Ferreira Lemos:	A Favor
. Carlos Alberto Esteves Rodrigues:	A Favor
. Rui Manuel Fonseca Oliveira:	A Favor
. Rui Manuel Leal Marqueiro:	A Favor
. Joana Margarida de Figueiredo Luís:	A Favor
. Rui Manuel Castro Frias:	A Favor
. Fernando Manuel Silva Melo:	Faltou

. Pedro Nuno Figueiredo Duarte:.....	A Favor
. Alípio de Jesus Gonçalves:	A Favor
. Sandra Isabel Ferreira Carvalho:	A Favor
. António Nogueira das Neves:.....	A Favor
. Luís Miguel Pereira Brandão:	A Favor
. Benjamim Nogueira de Almeida:	A Favor
. Delfim Manuel Neves Martins:	Faltou
. Manuel Lindo Cardoso:.....	A Favor
. Jorge Campos Carvalho:	A Favor
. José Barroso da Cunha Felgueiras:	A Favor
. Vítor Manuel Alves de Matos:.....	A Favor
. Maria do Rosário dos Santos Abreu:.....	A Favor
. José Manuel Rodrigues Martins:	A Favor

A presente deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos. O Senhor Fernando Melo não votou a presente proposta por se ter ausentado justificadamente de forma permanente da Assembleia Municipal. ----

- Interveio o Senhor António Neves para apresentar Declaração de Voto da CDU, a qual leu e a seguir se transcreve: -----

DECLARAÇÃO DE VOTO

Pontos 7, 8 e 9 da Ordem de Trabalhos (participação variável de IRS para 2013, imposto municipal sobre imóveis para 2013 e derrama para 2013) ----

A CDU acaba de votar favoravelmente as propostas trazidas pela Câmara Municipal relativamente à participação variável de IRS, ao imposto municipal sobre imóveis e à derrama para 2013. -----

Defendemos os que não é às autarquias que compete, sacrificando as suas cada vez mais parcas receitas, assumir a tarefa impossível de compensar o desastre económico e social em que as políticas do actual governo estão a resultar, agravando perigosamente o que já vinha de trás, de outros governos sobre os quais não perdemos memória. Estamos hoje ainda mais cientes sobre os desastrosos resultados para que há muito se ouvem avisados alertas que alguns teimaram – e ainda teimam – em não ouvir e ter em conta. Entendemos, também, que os compromissos alargados com estas políticas estão identificados, em particular os compromissos alargados com estas políticas estão identificados, em particular os compromissos com o uso e abuso do pacto de agressão imposto ao país com a concordância do PS, então no governo, e do PSD e CDS, agora no governo. -----

A pressão para as autarquias assumirem responsabilidades que não lhes haviam de caber sobre a situação económica das famílias ou sobre a competitividade das empresas e a sua sobrevivência num contexto de recessão económica e empobrecimento generalizado é mais um insidioso, não declarado, das políticas de direita que estão a matar Portugal. E tanto mais grave quando vai a par da asfixia financeira do poder local e de graves intromissões no seu funcionamento, incluindo na sua autonomia para estabelecer compromissos de acordo com as necessidades das populações. --- Quando as autarquias prescindem de receitas para tentar, ainda que modestamente, minorar dificuldades ao nível da vida dos munícipes e das empresas, estão a comprometer actividade que deveriam desenvolver no âmbito das suas competências próprias ou a degradar a sua situação financeira. Isto não está bem e é mais um reflexo da situação a que nos conduz o pacto de agressão e as políticas de direita. Sem rodeios, são estas duas coisas que é preciso correr de vez: o pacto de agressão e as políticas de direita, seja quem for que as desenvolva. Sem isso, bem poderemos baixar

taxas e receitas autárquicas: tudo continuará a ficar cada vez pior. Todos os eleitos nesta Assembleia, independentemente dos partidos que representam, tiveram já tempo de perceber o nó górdio do que atravessamos. -----

Não obstante a apreciação que fazemos, a CDU compreende o esforço proposto pela Câmara, num quadro social e económico que se agrava a cada semana, a cada novo assalto em nome da austeridade (e vem aí mais, muito mais, como é do conhecimento geral...). Numa situação financeira confortável da autarquia, entendemos o esforço como um gesto desesperado, mas compreensível, para não agravar mais o sofrimento das famílias e as dificuldades das empresas do concelho. Por isso, votámos favoravelmente as propostas sem, contudo, deixar de assinalar, uma vez mais, a hipocrisia de alguns que aqui defendem estas coisas mas que, no plano nacional, com os seus partidos do arco do poder, foram ou são coniventes com as políticas de direita, fonte do sofrimento e das dificuldades a que aqui aludimos. -----

10 - DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS ENTIDADES PARTICIPADAS PELO MUNICÍPIO DE MEALHADA: -----

- Interveio o Senhor Luís Brandão para sugerir que a Câmara solicite às entidades os documentos digitalizados para facilitar a distribuição e a consulta de todos os membros desta Assembleia. -----

- Interveio o Senhor Presidente da Mesa referiu que a Câmara estará aberta a qualquer hora da semana se algum membro da Assembleia Municipal assim necessitar. -----

11 - NOVO ESTATUTO DO PESSOAL DIRIGENTE - PAGAMENTO DAS DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO: -----

- Interveio a Senhora Vice-Presidente da Câmara para referir que a lei 49/2012, de 29 de Agosto, veio retirar aos funcionários com cargos dirigentes nas Câmaras Municipais o direito de receber as despesas de representação a que tinham direito por lei. Com a entrada em vigor da referida lei, referiu que o pagamento das despesas de representação poderá continuar a ser efectuado de igual forma, mas agora mediante deliberação da Assembleia Municipal. Acontece que neste momento, os dirigentes da Administração Central têm e mantêm o direito a receber o pagamento das despesas de representação por lei, ao contrário dos dirigentes das Câmaras Municipais que apenas terão direito a tal pagamento se as Assembleias Municipais assim deliberarem. -----

- Interveio o Senhor Pedro Duarte para questionar qual o motivo para o pagamento das despesas de representação. Ou seja, deseja saber para o que é que serve o pagamento deste tipo de despesas, para melhor poder analisar se concorda ou não com a presente proposta. -----

- Interveio o Senhor Rui Marqueiro para referir que as despesas de representação são um subterfúgio para aumentar um pouco mais o vencimento e são pagas de forma a ter uma repercussão menor. O que acha mais estranho é ter sido feita esta distinção entre a Administração Central e a Administração Local, na medida em que é mais difícil até ser dirigente na Administração Local, onde existe uma base de proximidade, e não é a fortuna de 179,14 euros que enriquecerá os funcionários. O que está em causa é a diferenciação de duas pessoas que servem o mesmo grupo. É ainda da opinião que nem sequer vale a pena ter um cargo de dirigente apenas devido ao pagamento das despesas de representação, na medida em que os dirigentes da Administração Local

para além de verem o seu ordenado cortado, ainda foram cortados nos subsídios de Natal e de Férias. Não bastando, ainda vêm dizer para a Assembleia Municipal cortar nas despesas de representação dos referidos dirigentes, o que chega a ser insultuoso. Mais, o mesmo diploma veio ainda limitar o número de pessoas que poderão exercer um cargo de direcção. Tendo em conta a reorganização orgânica municipal que terá que ser feita até 31 de Dezembro, um dos 5 actuais Chefes de Divisão terá que deixar de o ser e custa perspectivar como será daqui para a frente e é da opinião que estas medidas visam acabar com a autonomia do poder local. Assim, é da opinião que se aprove o pagamento das despesas de representação aos funcionários com cargos dirigentes nesta autarquia, na medida em que são todos pessoas capazes e que tem deles a melhor das impressões, sem excepção. -----

- Interveio o Senhor Jorge Carvalho para referir que subscreve as palavras proferidas pelo Senhor Rui Marqueiro e que não será o seu voto a cortar nos rendimentos dos funcionários da Câmara Municipal. -----

- Interveio o Senhor Pedro Duarte para referir que, segundo o que lhe pareceu, provavelmente todos pensam que os elementos da sua bancada votarão contra esta proposta. Mencionou que a questão apresentada tem dois objectivos. O primeiro tem a ver com as políticas remuneratórias de todos os governos de criar uns extras para ludibriar algumas questões e sobretudo para clarificar a falta de transparência, clareza e simplicidade, principalmente ao nível da Administração Pública. Em segundo lugar, foi dito que o Poder Local está a ser ameaçado. No entanto, amanhã haverá um Congresso da Associação Nacional de Municípios para o qual ninguém queria ir, quando o próprio teria todo o gosto em estar presente para ver quais são os autarcas que vão defender os municípios portugueses. -----

- Interveio o Senhor Vereador José Calhoa para referir que este é obviamente um acréscimo de remuneração em cerca de 180 euros, aos quais acresce os descontos legais. Referiu que é difícil ser chefe numa perspectiva em que temos perto de 400 funcionários e teremos que ficar com 4 Chefes de Divisão. Os Chefes de Divisão têm carreira, têm o seu vencimento fixo e ainda um prémio de cerca de 170 euros. Para além do estímulo pessoal, questionou se por 170 euros alguém quererá ser Chefe, com a agravante de que estes não recebem quaisquer horas extraordinárias. Assim, referiu que este pagamento servirá de compensação e de estímulo para os referidos funcionários, sendo da opinião que é justo o referido pagamento por todas as razões invocadas. -----

- Não havendo quaisquer outras intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou o Novo Estatuto do Pessoal Dirigente – Pagamento de Despesas de Representação à votação e a mesma foi aprovada por unanimidade, conforme a lista de votações que a seguir se indica: -----

VOTAÇÕES

- . José Miguel da Rosa Felgueiras: A Favor
- . Manuel Jacinto Gaspar Silva: A Favor
- . António Ferreira Ribeiro: A Favor
- . Manuel Amorim da Silva: A Favor
- . Emídio dos Santos: A Favor
- . Guilherme José Campos Duarte: A Favor
- . Luís Filipe Tovim Ferreira: A Favor
- . Inês Alexandra Gomes Várzeas: A Favor
- . Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos: A Favor
- . Maria Isabel Pinto Ferreira Lemos: A Favor
- . Carlos Alberto Esteves Rodrigues: A Favor

. Rui Manuel Fonseca Oliveira:	A Favor
. Rui Manuel Leal Marqueiro:	A Favor
. Joana Margarida de Figueiredo Luís:	A Favor
. Rui Manuel Castro Frias:	A Favor
. Fernando Manuel Silva Melo:	Faltou
. Pedro Nuno Figueiredo Duarte:	A Favor
. Alípio de Jesus Gonçalves:	A Favor
. Sandra Isabel Ferreira Carvalho:	A Favor
. António Nogueira das Neves:	A Favor
. Luís Miguel Pereira Brandão:	A Favor
. Benjamim Nogueira de Almeida:	A Favor
. Delfim Manuel Neves Martins:	Faltou
. Manuel Lindo Cardoso:	A Favor
. Jorge Campos Carvalho:	A Favor
. José Barroso da Cunha Felgueiras:	A Favor
. Vítor Manuel Alves de Matos:	A Favor
. Maria do Rosário dos Santos Abreu:	A Favor
. José Manuel Rodrigues Martins:	A Favor

O Senhor Fernando Melo não votou a presente proposta por se ter ausentado justificadamente de forma permanente da Assembleia Municipal. -----

O Senhor Presidente da Mesa esclareceu que o Senhor Pedro Duarte poderá estar presente no Congresso da Associação Nacional de Municípios para assistir e verificar aquilo que pretende saber. -----

E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta, que vai ser assinada por mim, _____

Rodrigo Manuel Ribeiro Baptista da Cruz, Assistente Técnico, nomeado por Despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal, para apoio administrativo à Assembleia Municipal, e pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto no n.º 2 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro. -----
